

**REFLEXÃO DAS TERMINOLOGIAS ATRIBUÍDAS À PESSOA
COM DEFICIÊNCIA NA LITERATURA INFANTOJUVENIL
A PARTIR DOS SIGNOS LINGÜÍSTICOS:
MUNDO IMAGINÁRIO OU ESTIGMAS?**

Bárbara Rangel Paulista (UENF)

barbara.rangel@gmail.com

Flavio da Silva Chaves (UENF)

flavio.chaves.silva@hotmail.com

Shirlena Campos de Souza Amaral (UENF)

shirlenacs@gmail.com

Crisóstomo Lima do Nascimento (UENF)

crisostomolima@id.uff.br

RESUMO

O objetivo do presente trabalho é fazer uma reflexão das terminologias utilizadas na literatura infantojuvenil a partir dos signos linguísticos como instrumento de estigmas, necessitando de revisionamento conceitual. A linguística, enquanto área de estudo no campo da ciência, trata sobre questões fundamentais inerentes à linguagem e a língua, existentes em um dado contexto histórico. As mudanças linguísticas, ocorridas ao longo do tempo, são estudadas pelos linguistas como fenômenos que envolvem as relações sociais e culturais de uma determinada comunidade. Nesse contexto, observa-se que a forma de referência à pessoa com deficiência foi alterada ao longo do tempo, perpetuando olhares estigmatizados e estereotipados. Assim, mediante pesquisa bibliográfica, propõe-se problematizar essas relações na literatura infantojuvenil no viés do paradoxo entre imaginário e estigma. Considera-se que, para uma política social de inclusão, seja necessário um conjunto de ações tanto do poder público quanto da sociedade, a partir de uma revisão conceitual literária, tendo como caminho condutor a educação infantil, a primeira etapa da Educação Básica.

Palavras-chave:

Signolinguístico. Literatura infantojuvenil. Pessoa com deficiência.

ABSTRACT

The objective of the present paper is to reflect on the terminologies used in children's and youth literature based on the linguistic signs as an instrument of stigmas, in need of conceptual revision. Linguistics, as an area of study in the field of science, deals with fundamental issues inherent to language and language, existing in a given historical context. Linguistic changes, which occur over time, are studied by linguists as phenomena that involve the social and cultural relations of a given community. In this context, it is observed that the way people with disabilities are referred to has changed over time, perpetuating stigmatized and stereotyped views. Thus, through bibliographic research, we propose to problematize these relations in children's and teenage literature from the standpoint of the paradox between imaginary and stigma. It is considered that, for a social inclusion policy, a set of actions from both public au-

thorities and society is necessary, starting from a literary conceptual review, having as a guiding path early childhood education, the first stage of Basic Education.

Keywords:

Children's literature. Person with disabilities. Linguistic sign.

1. Introdução

A presente pesquisa tem como objetivo fazer uma reflexão das terminologias utilizadas na literatura infantojuvenil a partir dos signos linguísticos como instrumento de estigmas, necessitando de revisionamento conceitual. Não existe ser humano igual ao outro, somos singulares, seja por questões inerentes à raça, cultura, língua, cor, sexo, idade. Contudo, há estabelecido no senso comum – e também na literatura médica – o que se convencionou a tratar como “normalidade” entre os seres humanos (Cf. CANGUILLEM, 2009).

Nesse sentido, a problemática que se apresenta diz respeito à relação entre significado e significante na linguística, enquanto fator de comunicação no contexto das relações sociais (Cf. BAKHTIN, 2006; MARTELLOTA, 2011), a partir das terminologias usadas na literatura que perpetuam um lugar de exclusão. Sendo assim, questiona-se: quais são as relações entre significado e significante, integrantes do conceito amplo de linguagem enquanto fator de comunicação, que são importantes para as reflexões terminológicas da literatura infantojuvenil na condição de lugar de exclusão? Na perspectiva histórica dos termos, quais as representações simbólicas e imaginárias no tempo e na cultura que demandam um novo paradigma linguístico que promova a inclusão da pessoa com deficiência? E, por último, quais os paradoxos entre imaginário e estigmas presentes na literatura infantojuvenil?

No intuito de elucidar tais questões e opondo-se aos padrões ditos normativos, seja por alguma deficiência física ou mental, três caminhos serão percorridos: no primeiro, a partir da linguística (Cf. BORBA, 1991; BAKHTIN, 2006; MARTELLOTA, 2011), discute-se as relações entre significado e significante na linguagem e as suas repercussões no contexto histórico social. Em seguida, aponta-se modos excludentes de algumas terminologias e a necessidade do uso correto demonstrando, assim, o caráter de potencialidade e possibilidade dos seres humanos em detrimento a suas limitações (Cf. SASSAKI, 2002) em uma reflexão crítica da sociedade (Cf. MIRANDA, 2003; RIBAS, 2007). E, por último, dados o contexto histórico e social vivenciado em cada época e cultura, as discussões em relação ao significado e significante da linguagem e os seus aspectos

ideológicos, evidencia-se a necessidade e a urgência revisional na literatura infantil (Cf. LOBATO, 1994) para não se perpetuar um lugar de exclusão dessa parcela da população.

Conjectura-se a hipótese de que tais termos sofrem alterações significativas ao longo do tempo, tanto no modo como a sociedade as vê quanto na própria maneira daquele que as tem o percebe. Logo, a partir da linguística, busca-se apresentar a inter-relação entre a palavra e o seu significado e, concomitantemente, para o contexto social.

2. *Linguagem como fator de comunicação: a relação entre significante e significado*

O ato de comunicar-se é inerente a todos os seres componentes da vida animal, seja para sobreviver ou estabelecer algum nível mínimo de interação. Borba (1991, p. 9) afirma que é “na espécie humana, entretanto, que a comunicação atinge o seu mais alto grau de complexidade só compensada por igual eficiência”.

Nessa direção, Borba (1991) aponta como características inerentes à linguagem humana a simbolização, a articulação, a regularidade, a intencionalidade e a produtividade. Pontualmente, entende-se por simbolização o fato de que a linguagem funciona com base em componentes da própria realidade. Já a articulação faz referência às diversas graduações da complexidade que se pode atingir a análise da linguagem. Por sua vez, a regularidade é a característica que aponta os padrões inerentes aos sistemas linguísticos que compõe a linguagem, independente das particularidades da fala. A intencionalidade diz respeito ao objetivo certo que se quer transmitir ao estabelecer-se a comunicação, com a referência a algo definido. E, por fim, a característica da produtividade é aquela na qual é possível a composição de um sem número de mensagens a serem proferidas pelo falante ou de serem interpretadas pelo ouvinte (Cf. BORBA, 1991).

Desta feita, além dessas características, a linguagem tem por objetivo o atingimento de um determinado fim. Ou seja, é possível identificar a existência de quem emite a mensagem – o remetente, aquele para a qual a mensagem se destina – o destinatário, e a própria mensagem em si, proferida dentro de um contexto. A classificação de funções da linguagem surge para identificar as condições necessárias à compreensão dessa mensagem. Dessa razão de ser, extrai-se o conceito

das funções da linguagem, sendo a primeira delas, segundo Borba (1991, p. 14) “(...) a função referencial pela qual o falante se concentra apenas naquilo que quer comunicar”, também chamada de denotativa. Além dela, existe a função emotiva ou conotativa “(...) que confere à mensagem valores subjetivos, de algum modo secundários e de alcance mais restrito” (BORBA, 1991, p. 14).

Existe, ainda, a função conativa, normalmente caracterizada pelo uso de imperativos e vocativos, destinada a “(...) provocar certas reações em quem nos ouve” (BORBA, 1991, p. 15). Ademais, seguindo a listagem de funções da linguagem Martelotta (2011) aponta a função fática, que se concentra no canal utilizado para que seja estabelecida a comunicação; a função metalingüística, que tem foco no código em si, para “usar a linguagem para se referir à própria linguagem” (MARTELOTTA, p. 33); e, por fim, a função poética, que se concentra na mensagem transmitida.

Percebe-se, a partir das características e funções inerentes à linguagem, que a cognição e o trato social compõem a linguagem. Em outras palavras, trata-se de atividade psicológica, uma vez que a análise desta comporta a visualização do falante, do ouvinte e do objeto sobre o qual a fala se estabelece. Nesse sentido, Borba (1991, p. 15) afirma que “(...) convém focalizar a linguagem sempre sob esse duplo aspecto: o cognitivo, como atividade mental que é, e o social, como produto e necessidade cultural”.

Ao analisar os pressupostos inerentes à linguagem humana, enquanto fator do processo comunicativo, nota-se que, para que este se estabeleça, uma coisa deve representar outra. Nessa direção, Martelotta (2011) afirma que desde os primórdios dos estudos a respeito da linguagem:

A indagação central estava baseada na existência ou não da relação de similaridade – ou, para usar um termo mais moderno, *iconicidade* –, entre a forma (o código linguístico) e o sentido por ela expresso. (MARTELOTTA, p. 71)

Segundo Borba (1991) há uma noção de que algo faz o papel de representar o objeto que se deva conhecer na relação comunicacional, gerando assim, a ideia de representação que recebe o nome de signo, interessando à linguística os signos linguísticos, que são aqueles produzidos pela voz humana. Uma das peculiaridades que destaca o signo linguístico das demais formas de representação é a possibilidade de verificar no mesmo duas partes, quais sejam, o significante e o significado.

O signo linguístico transmite (ou veicula) uma informação servindo-se de uma parte material e perceptível associada a uma parte imaterial e inteligível. A parte sensível é o *significante* e a parte não sensível é o *significado*. [...] Por outro lado, a relação significante/significado é indissolúvel porque é necessária: o significante sem o significado é apenas um objeto, que existe, mas não significa e o significado sem o significante é indizível, pensável e inexistente. (BORBA, 1991, p. 19)

Martelotta (2011) esclarece que, na abordagem estruturalista dos estudos da linguística proposta por Ferdinand de Saussure:

[...] o signo linguístico passa a ser o resultado da associação – arbitrária – entre significante (imagem acústica) e significado (conceito). Aqui é importante ressaltar que o significante não é o som material, mas seu correlato psíquico, ou seja, uma estrutura sonora que reconhecemos a partir do conhecimento que temos de nossa língua, relacionando-a, então, a um determinado conceito. Do mesmo modo, o significado não é o objeto real a que a palavra faz referência, mas um conceito, ou seja, um elemento de natureza mental. Desse modo, tanto significante como significado são caracterizados por Saussure como entidades psíquicas. (MARTELOTTA, 2011, p. 74)

Ao construir o conceito de ideologia com base na filosofia da linguagem, Bakhtin (2006) aponta a linguagem como sendo o momento no qual a comunicação social se estabelece de forma cristalina, de maneira que “(...) A palavra é o fenômeno ideológico por excelência” (BAKHTIN, 2006, p. 34) e acrescenta que “(...) A realidade toda da palavra é absorvida por sua função de signo (...) A palavra é o modo mais puro e sensível de relação social.” (BAKHTIN, 2006, p. 34). Bakhtin (2006) ainda afirma o seguinte: “(...) Tudo o que é ideológico possui um *significado* e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um *signo*. *Sem signos não existe ideologia*.” (BAKHTIN, 2006, p. 29). Logo, a linguagem vai além de seu significado morfológico, constituindo sentidos e significados.

Sendo assim, o modo como se usa as palavras e os seus sentidos constituídos, seja na literatura, nos anúncios publicitários ou nas redes virtuais, afeta substancialmente o olhar sobre o corpo, pois a linguagem é um construtor da realidade social. Nessa direção, a pesquisadora Paula Sibília (2006), a partir de estudos acerca da influência das redes sociais e da mídia, pondera sobre o aprisionamento do corpo e a sua desmaterialização enquanto fenômeno contemporâneo e modos de estar no mundo, mediados pelas aparências.

[...] a possibilidade de uma subjetividade descarnada, uma ideia perfeitamente datada, parece continuar vigente na sociedade contemporânea. Se até pouco tempo atrás os corpos eram aprisionados

pela alma (uma entidade opaca e analógica), hoje é a informação digital que os amordaça e os torna manipuláveis. Essa informação imaterial que comanda os corpos assume diversas formas: do código genético aos circuitos cerebrais e à imagem do “corpo perfeito”. (SÍBILIA, 2006, p. 106)

Nesta perspectiva, Fiorin (2013) aponta para a ascendência da linguagem nos textos midiáticos e as suas astúcias:

Há textos, como o publicitário, que nos influenciam de maneira bastante sutil, com tentações e seduções, dizendo-nos como seremos bem-sucedidos, atraentes, charmosos, se usarmos determinadas marcas, se consumirmos certos produtos. A provocação e a ameaça, que são expressas pela linguagem, também servem para levar alguém a fazer alguma coisa. (FIORIN, 2013, p. 20)

Sendo assim, a relação entre os componentes de um signo linguístico – o significante e o significado – perpassa pela forma de ver o mundo, e de que forma as relações sociais são construídas. As variações linguísticas obedecem também a essa dinâmica, uma vez que:

A variação é inerente à língua e reflete variações sociais; se, efetivamente, a evolução, por um lado, obedece a leis internas (reconstrução analógica, economia), ela é, sobretudo, regida por leis externas, de natureza social. O signo dialético, dinâmico, vivo, opõe-se ao “sinal” inerte que advém da análise da língua como sistema sincrônico abstrato. (BAKTHIN, 2006, p. 16)

Desta feita, é imprescindível apontar para as diferenças entre linguagem e linguística, conforme delinea Fiorin (2013):

A linguagem não se presta somente para perceber o mundo, para categorizar a realidade, para propiciar a interação social, para informar, para influenciar, para exprimir sentimentos e emoções, para criar e manter laços sociais, para falar da própria linguagem, para ser fonte e lugar de prazer, mas serve também para estabelecer uma identidade social. (FIORIN, 2013, p. 30)

Quanto à linguística, afirma:

[...] elucidar o funcionamento da linguagem humana, descrevendo e explicando a estrutura e o uso das diferentes línguas faladas no mundo. Esse é seu objeto empírico. No entanto, o objeto empírico é diferente dos objetos observacionais e teóricos. O objeto observacional é a “região” do objeto empírico que será objeto de estudo. Sendo ele delimitado, estabelecem-se entidades básicas, a partir das quais serão atribuídas propriedades aos fenômenos pertencentes ao campo de análise, e serão determinadas relações entre eles. O objeto observacional converte-se então em objeto teórico. (FIORIN, 2013, p. 42)

Nesse cenário, deve-se ter cautela para que a linguagem não seja reduzida aos aspectos fonéticos e sintáticos, uma referência a

metalinguística, mas as relações dialógicas entre os enunciados, característico da translíngua. Sendo assim, os textos literários podem evocar em sua abordagem aspectos metalinguísticos, propondo um autorretrato de incapacitação e improdutividade advindo de sua deficiência e, na translíngua, evidenciar a relação pensamento, cultura e literatura enquanto ideologia de uma determinada época, com os seus respectivos termos de exclusão, ou em sentido diverso. Fiorin (2003) destaca duas linhas paradoxais na análise discursiva da linguagem: os mecanismos da linguagem e a sua literatura. Sendo assim,

De um lado, um literato não pode voltar as costas para os estudos linguísticos, porque a literatura é um fato de linguagem; de outro, não pode o lingüista ignorar a literatura, porque ela é a arte que se expressa pela palavra; é ela que trabalha a língua em todas as suas possibilidades e nela condensam-se as maneiras de ver, de pensar e de sentir de uma dada formação social numa determinada época. (FIORIN, 2003, p. 2)

Desse contexto emerge o conceito de dialogismo na obra de Bakhtin, segundo a concepção de Fiorin (2011), enquanto múltiplas vozes do discurso:

Segundo Bakhtin, a língua, em sua totalidade concreta, viva, em seu uso real, tem a propriedade de ser dialógica. Essas relações dialógicas não se circunscrevem ao quadro estreito do diálogo face a face, que é apenas uma forma composicional, em que elas ocorrem. Ao contrário, todos os enunciados no processo de comunicação, independentemente de sua dimensão, são dialógicos. Neles, existe uma dialogização interna da palavra, que é perpassada sempre pela palavra do outro, é sempre e inevitavelmente também a palavra do outro. Isso quer dizer que o enunciador, para constituir um discurso, leva em conta o discurso de outrem, que está presente no seu. Por isso, todo discurso é inevitavelmente ocupado, atravessado, pelo discurso alheio. O dialogismo são as relações de sentido que se estabelecem entre dois enunciados. (FIORIN, 2011, p. 2)

Sem o objetivo de adentrar em conceitos inerentes à teoria da análise do discurso, tendo, portanto, como ancoragem os conceitos estabelecidos a respeito da linguagem, signo linguístico e suas partes e do processo comunicativo estabelecido por meio destes, objetos de estudo da linguística, observa-se adiante, os estereótipos e preconceitos apontados na literatura infantojuvenil em relação à pessoa com deficiência física.

3. Terminologias, literatura e representação da deficiência

Apontar os problemas relacionados às terminologias na literatura infantojuvenil e o modo como são referenciadas as pessoas com deficiência física, implica em refletir acerca do signo linguístico utilizado, no

seu significante no contexto da linguística, mas também no seu significado, enquanto elemento imaterial, ambos indissociáveis entre si. Segundo Ribas (2007, p. 12), “deficiência, na língua portuguesa, será sempre sinônimo de insuficiência, de falta, de carência e, por extensão de sentido, de perda de valor, falha, fraqueza, imperfeição. A palavra representa e estabelece a imagem”.

Paradoxalmente, o termo “excepcional”, enquanto adjetivo que é, deriva de exceção e significa “(...) 1. Relativo à exceção; muito bom; extraordinário. *s.m.* 2. Pessoa incapaz, deficiente físico ou mental” (BUENO, 2017, p. 853). Nessas circunstâncias pode referir-se tanto a alguém que possua algum defeito ou qualidade, fora dos padrões estabelecidos quanto dentro da normalidade. De acordo com Ribas (2007), esse adjetivo foi utilizado para referir-se à pessoa com deficiência na literatura universitária de medicina, psicologia e serviço social durante a década de 70, sem diferenciar as diversas gradações e diferentes deficiências existentes.

Observa-se que em 09 de dezembro de 1975 houve o lançamento da Declaração dos Direitos das Pessoas Deficientes, por meio da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (1975), estabelecendo em seu artigo 1º:

O termo “pessoas deficientes” refere-se a qualquer pessoa incapaz de assegurar por si mesma, total ou parcialmente, as necessidades de uma vida social normal, em decorrência de uma deficiência, congênita ou não, em suas capacidades físicas ou mentais. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 1975)

Neste sentido, dizer que a pessoa é deficiente, implica em afirmar que a mesma, em sua dimensão do ser, é desprovida de autonomia. Miranda (2003) aponta para o modo como a sociedade se comportava perante as pessoas com deficiência física ao longo da história, evidenciando o caráter de exclusão, sempre em acordo com as estruturas econômicas, políticas e sociais em seus respectivos contextos históricos.

Desde a Antiguidade, com a eliminação física ou o abandono, passando pela prática caritativa da Idade Média, o que era uma forma de exclusão, ou na Idade Moderna, em que o Humanismo, ao exaltar o valor do homem, tinha uma visão patológica da pessoa que apresentava deficiência, o que trazia como consequência sua separação e menosprezo da sociedade, podemos constatar que a maneira pela qual as diversas formações sociais lidaram com a pessoa que apresentava deficiência reflete a estrutura econômica, social e política do momento. (MIRANDA, 2003, p. 1)

Com o aprofundamento dos estudos e dos avanços na seara dos

direitos da pessoa com deficiência, a Organização das Nações Unidas (ONU), já nos anos 90 “recomendou que deixássemos de lado a expressão pessoas deficientes e passássemos a adotar pessoas portadoras de deficiência que vigorou até o final da década, sendo depois substituída por pessoas com deficiência” (RIBAS, 2007, p. 15).

No contexto brasileiro, sob o olhar da educação especial e da deficiência mental, compreendendo as décadas de 70 e 90, surgem dois movimentos que parecem, pelo menos hipoteticamente, minimizar o caráter excludente daqueles acometidos pelas circunstâncias: o movimento da Integração e a Inclusão Escolar, sendo que o segundo é uma oposição ao primeiro, apresentando-se como um novo paradigma para a questão, uma vez que, o movimento da Integração traz, em sua abordagem, o conceito de normalização, “expressando que ao deficiente devem ser dadas condições as mais semelhantes às oferecidas na sociedade em eu (sic...) ele vive” (MIRANDA, 2003, p. 1). Logo, o novo paradigma, “surge como uma reação contrária ao princípio de integração” (MIRANDA, 2003, p. 1).

Miranda (2003) apresenta quatro estágios, ao longo da história, sobre o modo como a sociedade olhava para essa classe populacional. O primeiro, entendido como era pré-cristã, era marcado pelo descaso e ausência de acolhimento. “Os deficientes eram abandonados, perseguidos e eliminados devido às suas condições atípicas, e a sociedade legitimava essas ações como sendo normais” (MIRANDA, 2003, p. 2). Já na era cristã, “o tratamento variava segundo as concepções de caridade ou castigo predominantes na comunidade em que o deficiente estava inserido” (MIRANDA, 2003, p. 2). Respectivamente,

Num outro estágio, nos séculos XVIII e meados do século XIX, encontra-se a fase de institucionalização, em que os indivíduos que apresentavam deficiência eram segregados e protegidos em instituições residenciais. O terceiro estágio é marcado, já no final do século XIX e meados do século XX, pelo desenvolvimento de escolas e/ou classes especiais em escolas públicas, visando oferecer à pessoa deficiente uma educação à parte. No quarto estágio, no final do século XX, por volta da década de 70, observa-se um movimento de integração social dos indivíduos que apresentavam deficiência, cujo objetivo era integrá-los em ambientes escolares, o mais próximo possível daqueles oferecidos à pessoa normal. (MIRANDA, 2003, p. 2)

Ainda que a Inclusão Escolar seja apontada como um novo paradigma em oposição ao movimento da Integração, o termo se apresenta em meio às controvérsias quanto ao seu significado, uma vez que a escola não possui estrutura física e pedagógica a contento para acolher esses

alunos, reduzindo a inclusão aos aspectos de presença em sala de aula.

A literatura evidencia que no cotidiano da escola os alunos com necessidades educacionais especiais inseridos nas salas de aula regulares vivem uma situação de experiência escolar precária ficando quase sempre à margem dos acontecimentos e das atividades em classe, porque muito pouco de especial é realizado em relação às características de sua diferença. (MIRANDA, 2003, p. 6, 7)

De onde procedem os preconceitos e os estigmas que perpetuam o olhar excludente da sociedade para as pessoas com deficiência? Segundo Sasaki (2002) a questão perpassa pelo modo como usamos os termos técnicos, as frases e as grafias corretas. Neste sentido, tanto a escola, a partir de sua literatura infantil, quanto a família, os amigos, as instituições, sejam elas governamentais ou religiosas, podem ser agentes de preconceitos e estigmas.

Usar ou não usar termos técnicos corretamente não é uma mera questão semântica ou sem importância, se desejamos falar ou escrever construtivamente, numa perspectiva inclusiva, sobre qualquer assunto de cunho humano. E a terminologia correta é especialmente importante quando abordamos assuntos tradicionalmente evitados de preconceitos, estigmas e estereótipos, como é o caso das deficiências que vários milhões de pessoas possuem no Brasil. (SASSAKI, 2002, p. 1)

Nessa direção, ressalta-se o cuidado no uso de certas terminologias sob o risco de incorrer no mesmo erro em que a palavra possuía um significado de repugnância em determinada época e contexto:

Os termos são considerados corretos em função de certos valores e conceitos vigentes em cada sociedade e em cada época. Assim, eles passam a ser incorretos quando esses valores e conceitos vão sendo substituídos por outros, o que exige o uso de outras palavras. Estas outras palavras podem já existir na língua falada e escrita, mas, neste caso, passam a ter novos significados. Ou então são construídas especificamente para designar conceitos novos. O maior problema decorrente do uso de termos incorretos reside no fato de os conceitos obsoletos, as ideias equivocadas e as informações inexatas serem inadvertidamente reforçados e perpetuados. (SASSAKI, 2002, p. 1)

Neste seguimento, segundo Sasaki (2002), reúnem-se esforços tanto no Brasil quanto no exterior, para uma linguagem de inclusão, a partir das mudanças terminológicas que patologizam e classificam essas pessoas como incapazes, anormais, inválidos, não inteligentes, etc. Para tanto, exige-se uma mudança no glossário. Propõe-se, desta forma, uma lista de termos incorretos e a maneira como devemos proceder: de adolescente normal ou criança normal, época em que a sociedade via a normalidade em seus aspectos físicos, para termos corretos como “**adoles-**

cente [ou criança ou adulto] **sem deficiência**, **adolescente** [ou criança ou adulto] **não-deficiente**” (MIRANDA, 2002, p. 2). A seguir, apresenta-se, a partir daquele autor, um quadro em que são apresentados os usos incorretos e temos corretos nos modos de tratamento de crianças, jovens e adultos com deficiência.

TERMO/FRASE INCORRETO	TERMO/FRASE CORRETO
“apesar de deficiente, ele é um ótimo aluno”.	“ele tem deficiência e é um ótimo aluno”.
“aquela criança não é inteligente”	“aquela criança é menos desenvolvida na inteligência [por ex.] lógico matemática”.
cadeira de rodas elétrica	Cadeira de rodas motorizada.
ceguinho	cego; pessoa cega; pessoa com deficiência visual.
classe normal	classe comum; classe regular.
criança excepcional	criança com deficiência intelectual
defeituoso físico	pessoa com deficiência física
deficiência mental leve, moderada, severa, profunda	deficiência intelectual
deficiente físico	pessoa com deficiência
deficiente mental	pessoa com transtorno mental, paciente psiquiátrico.
deficiente psíquico	pessoa com deficiência psicossocial
“ela é cega, mas mora sozinha”	“ela é cega e mora sozinha”.
“ela é retardada mental, mas é uma atleta excepcional”	“ela tem deficiência intelectual e se destaca como atleta”.
“ela é surda [ou cega], mas não é retardada mental”	“ela é surda [ou cega] e não tem deficiência intelectual”
“ele atravessou a fronteira da normalidade quando sofreu um acidente de carro e ficou deficiente”	“ele teve um acidente de carro que o deixou com uma deficiência”.

Fonte: Sasaki (2002, p. 2-4).

Neste contexto, podem-se inferir as discussões apontadas na primeira seção entre o dialogismo, linguagem e sociedade, cultura oral e escrita, o significado e o significante na representação literária em relação à deficiência. É o que propõe os autores Menezes e Rabelo (2018) ao fazerem uma analogia entre as obras europeias anteriores à Primeira Guerra Mundial e a literatura brasileira, desafiando os professores a mudança de paradigma e, respectivamente, trazer à tona os personagens, até então, negligenciados.

Essa investigação se justifica pela importância que o professor-mediador de língua materna, da educação básica, seja pública ou privada, desempenha no processo ensino-aprendizagem deficientes, no Brasil (dificuldades,

incompreensões, estereótipos e desafios) e relacionar tais considerações a alguns personagens que fazem parte da Literatura Brasileira. (MENEZES; RABELO, 2018, p. 1)

Logo, ainda que sejam pontuados o caráter de relevância e abertura da própria literatura para a questão da inclusão, evidencia-se, no contexto brasileiro, o estigma e o preconceito nas obras literárias.

Em contrapartida, não há espaço para comodismo, pois ainda há muito a ser conquistado nessa empreitada, já que os portadores de deficiência física permanecem sendo retratados, em muitas obras, de maneira bastante preconceituosa e inferiorizada; aspecto que, infelizmente, revela uma sociedade que ainda acumula a desinformação e a intolerância para com estes seres, contribuindo e comprometendo, portanto, a essência e a existência de uma sociedade plural, onde as pessoas conseguem lidar com as diferenças e suas respectivas peculiaridades. (MENEZES; RABELO, 2018, p. 3)

No intuito de reparar esses equívocos, a Organização Mundial da Saúde (OMS), estabeleceu diretrizes importantes para diferenciar pessoas com impedimento, deficiência ou incapacidade, algo que passa a pormenorizar as diversas circunstâncias e especificidades que podem acometer alguém que possua deficiência. Essa diferenciação ganha robustez no fim dos anos 90, quando a OMS estabelece uma classificação internacional de funcionalidade, incapacidade e saúde. Com essa diferenciação, as diversas formas de limitação foram mais bem visualizadas e, por fim, convencionou-se a utilização da expressão “pessoa com deficiência”, por recomendação da ONU.

4. Literatura infantojuvenil: reflexões linguísticas entre o imaginário e o estigma

A partir dos conceitos linguísticos apresentados pela abordagem estruturalista, verifica-se que durante o Século XX, surgiram novas formas de abordagem linguística que inserem a utilização da língua como objeto de análise por esse campo científico. Dentre elas, a Escola de Praga, que une o estruturalismo ao funcionalismo, onde este “(...) deve ser entendido como implicando uma apreciação da diversidade de funções desempenhadas pela língua e um reconhecimento teórico de que a estrutura das línguas é, em grande parte, determinada por suas funções características” (WEEDWOOD, 2002, p. 137-38).

Nesse contexto, introduzidos conceitos provenientes do funcionalismo e das bases fundamentais para a chamada linguística cognitiva, a língua em si passa a ser observada sob o prisma de traduzir comporta-

mentos reais de seus utilizadores dentro do processo comunicativo, e não mais sendo somente uma estrutura a ser analisada (Cf. MARTELOTTA, 2011). Sendo assim:

A visão saussuriana, que foca apenas a relação entre um som e um sentido já prontos no sistema sincrônico da língua estático por natureza, dá lugar a uma concepção mais dinâmica, segundo a qual a linguagem funciona como um elemento criador de significação nos diferentes contextos de uso. Assim, passa-se a observar não apenas a palavra ou a frase, mas o texto, o qual reflete um conjunto complexo de atividades comunicativas, sociais e cognitivas. Nessa nova perspectiva, a linguagem, longe de ser um conhecimento fechado, como propõe a visão saussuriana, constitui o reflexo de processos gerais de pensamento que os indivíduos elaboram ao criarem significados, adaptando-os a diferentes situações de interação com outros indivíduos. (MARTELOTTA, 2011, p. 77)

Nessa perspectiva de abordagem, observa-se a literatura infanto-juvenil brasileira, e mais precisamente, para ilustrar, com um recorte temporal feito no período no qual esse gênero literário era restrito às obras de Monteiro Lobato. Autor de diversas obras que alcançam as gerações até os dias atuais, Lobato apresenta na construção de seus personagens e enredos, o retrato social vivenciado à sua época no Brasil, fato este que reflete no processo comunicativo estabelecido com o leitor por meio de suas obras. Dentre os personagens de seu vasto acervo literário, destacam-se dois de sua obra “O Saci”, ambos com deficiência: o saci e o curupira. Em trechos de sua obra, a descrição dos personagens é feita da seguinte forma:

Pedrinho calou-se. Embora nunca o houvesse confessado a ninguém, percebia-se que tinha medo de saci. Nesse ponto não havia nenhuma diferença entre ele, que era da cidade, e os demais meninos nascidos e crescidos na roça. Todos tinham medo de saci, tais eram as histórias correntes a respeito do endiabrado moleque duma perna só. (LOBATO, 1994, p. 17)

Na definição de “Tio Barnabé”, personagem da obra:

— Ah, menino, mecê não imagina como saci é arteiro!... Tem uma perna só, sim, mas quando quer *cruza as pernas* como se tivesse duas! São coisas que só ele entende e ninguém pode explicar. (LOBATO, 1994, p. 20)

A comunicação põe-se estabelecida entre o remetente e destinatário, ou seja, entre autor e leitor, cujo conteúdo da mensagem é transmitido por uma sequência de signos que compõe a língua. Logo, o significante e o significado, tem estabelecido seu lugar no processo comunicativo, que, por sua vez, objetiva basicamente o convencimento ou persuasão. Borba (1991), a respeito dos objetivos da comunicação afirma:

No passado, acreditava-se que ela tinha por finalidade, consciente ou inconsciente, *persuadir*, *informar* ou *divertir*, como também se acreditava que esses objetivos se excluíam mutuamente. Logo de início é fácil descartar essa exclusão: os três objetivos podem realizar-se ao mesmo tempo. [...] O objetivo básico mesmo é *persuadir ou convencer*. (BORBA, 1991, p. 24)

Em outro fragmento, encontra-se a seguinte referência:

— Depois, se a peneira foi bem atirada e o saci ficou preso, é só dar jeito de botar ele dentro de uma garrafa e arrolhar muito bem. Não esquecer de riscar uma cruzinha na rolha, porque o que prende o saci na garrafa não é arolha esima a cruzinha riscada nela. É preciso ainda tomar a carapucinha dele e a esconder bem escondida. Saci sem carapuça é como cachimbo sem fumo. Eu já tive um saci na garrafa, que me prestava muitos bons serviços. Mas veio aqui um dia aquela mulatinha sapeca que mora na casa do compadre Bastião e tanto lidou com a garrafa que a quebrou. Bateu logo um cheirinho de enxofre. O pernetá pulou em cima da sua carapuça, que estava ali naquele prego, e “até logo, Tio Barnabé!” (LOBATO, 1994, p. 22 e 23).

Ainda na obra de Monteiro Lobato, descrevendo o personagem “Curupira”:

— O Curupira! — sussurrou o saci, quando um vulto apareceu. — Veja... Tem cabelos e pés virados para trás. — Parece um menino peludo — murmurou Pedrinho. — E é isso mesmo. É um menino peludo que toma conta da caça nas florestas. Só admite que os caçadores cacem para comer. Aos que matam por matar, de malvadeza, e aos que matam fêmeas com filhotes que ainda não podem viver por si mesmos, o Curupira persegue sem dó. (LOBATO, 1994, p. 46)

Dessa forma, tendo a literatura como fonte de construção de saberes culturais e afetivos, estabelecendo conexões com a realidade social vigente e traduzindo o uso da língua em um dado contexto histórico, observa-se que na identificação dos personagens com deficiência, era comum dizer claramente acerca dos seus defeitos físicos, inclusive com referências pejorativas e preconceituosas como “pernetá”.

As expressões utilizadas por Monteiro Lobato não são mais tão usuais na literatura infantojuvenil, havendo uma preocupação maior com os termos a serem utilizados para não estigmatizar as pessoas com deficiência, ainda mais do que já são. Para Martelotta (2011) a dinamicidade da linguagem, objeto de análise das abordagens da linguística funcional e cognitiva, sugere que, a partir dos processos comunicativos estabelecidos com o uso da língua, “estamos constantemente adaptando as estruturas linguísticas para se tornarem mais expressivas nos contextos em que as empregamos” (MARTELOTTA, 2011, p. 77). Nesse sentido, Martelotta diz:

Isso ocorre porque, por um lado, as formas muito frequentes na língua acabam perdendo seu grau de novidade, ou seja, sua expressividade. Por outro lado, o homem muda e, com ele, muda também o ambiente social que o cerca. Assim surgem novas tecnologias, novas profissões e novas relações sociais, o que faz com que os falantes busquem novos meios de rotular esses novos conceitos. Mas essa dinâmica das línguas não se dá de qualquer maneira, ou seja, a criatividade que caracteriza o ato comunicativo não é movida por meros artifícios arbitrários de que os falantes lançam mão porque acidentalmente lhes vieram à cabeça. Ao contrário, parece que esse processo adaptativo é veiculado por determinados mecanismos básicos que refletem a natureza de nossa inteligência e o modo como ela regula nossa vida social. (MARTELOTTA, 2011, p. 77)

De acordo com os argumentos bakhtinianos, não existe a dissociação entre a cultura oral e a escrita. “Ao contrário, vincula toda comunicação à ideia do ato ético e da responsabilidade” (BUBNOVA, 2011, p. 268). Nota-se que:

[...] o mundo pensado por ele, tanto o da voz quanto o da letra, aparece unificado pela produção dinâmica dos sentidos, gerados e transmitidos pelas vozes personalizadas, que representam posições éticas e ideológicas diferenciadas em uma união e intercâmbio contínuo com as demais vozes.

Sendo assim, com amparo nos estudos linguísticos que trazem o uso da língua dentro do processo comunicativo como objeto de estudo para a ciência, observa-se que nas referências utilizadas para fazer referência à pessoa com deficiência, inclusive na literatura infantojuvenil, ocorrem variações linguísticas em virtude do contexto histórico e social vigente no período em que se inserem, fomentadas por processos cognitivos de associação. Tais questões se refletem também na literatura infantojuvenil, cuja análise ganha relevo por força do público para o qual se direciona, uma vez que a narrativa e os personagens acabam por tornar-se objeto de identificação desse público com a respectiva obra.

5. Considerações finais

Em vista das reflexões estabelecidas e dos argumentos mencionados, é reforçada a relação entre a linguagem, significado e significante na cultura e na sociedade com os seus respectivos desdobramentos na reprodução de estereótipos, preconceitos e estigmas sociais. Pela observação dos aspectos analisados, as terminologias usadas ao se referir às pessoas com deficiência, denotam olhares diferenciados na cultura. Entende-se que, os aspectos morfológicos e gráficos, a partir de frases e expressões, acabam por potencializar a exclusão, retirando do sujeito as suas

peculiaridades, singularidades e possibilidades inerentes as suas limitações, seja física ou mental.

Logo, é imprescindível a reflexão acerca das terminologias utilizadas para fazer referência à pessoa com deficiência, a considerar que as mesmas estão além da mera composição das palavras. Entende-se que a intencionalidade é uma característica da linguagem, que avança os sentidos, com os processos psíquicos próprios do significante e significado, componentes do signo linguístico, e que adentra em questões culturais, sociais e filosóficas dadas num determinado contexto social, com as devidas repercussões na literatura infantojuvenil.

Nessa direção, é imprescindível a participação e engajamentos da sociedade, em seus aspectos institucionais, governamentais, religiosos, educacionais ou afins, assumidos, neste texto, acerca de uma reflexão na literatura infantil como lugar de estigmas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e Filosofia da Linguagem*. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2006.

BORBA, Francisco da Silva. *Introdução aos Estudos Linguísticos*. 11. ed. Campinas: Pontes, 1991.

BUBNOVA, Tatiana. Voz, sentido e diálogo em Bakhtin. Trad. de Roberto Leiser Baronas e Fernanda Tonelli. *Bakhtiniana*, 6 (1), p. 268-80, São Paulo, Ago./Dez. 2011.

BUENO, S. *Dicionário Global Escolar da Língua Portuguesa*. 1. ed. São Paulo: Global, 2017.

FIORIN, J. L. *A linguagem humana: do mito a ciência*. São Paulo: Contexto, 2013. file:///D:/Downloads/linguistica_que_e_isso_primeiro_capitulo%20(1).pdf. Acesso em: 19 mai. 2021

FIORIN, José Luiz (Org.). *Introdução a linguística*. V. 1, 2, ano 2003. Disponível em: <https://docero.com.br/doc/18sx15>. Acesso em: 12 mai. 2021.

FIORIN, José Luiz. *Introdução ao pensamento de Bakhtin*. São Paulo: Ática, 2011. (Acervo eletrônico)

GANGUILLEM, G. *O normal e o patológico*. 6. ed. Rev. Trad. de Maria Thereza Redig de Carvalho Barrocas; rev téc. Manoel Barros da Motta;

tradução do posfácio de Piare Macherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

MARTELOTTA, Mário Eduardo (Org.). *Manual de Linguística*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2011.

MENEZES, Marleno Chaves. RABELO, Lucélia Cardoso Cavalcante. A representação da deficiência em clássicos da literatura brasileira. In: V Congresso Paraense de Educação Especial, 17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA.

MIRANDA, Arlete Aparecida Bertoldo. História, deficiência e educação especial. *Reflexões desenvolvidas na tese de doutorado: A prática pedagógica do professor de alunos com deficiência mental*. Unimep, 2003. Disponível em: https://fe-old.fe.unicamp.br/pf-fe/publicacao/4762/art1_15.pdf. Acesso em: 06 de jun. 2021.

RIBAS, João. *Preconceito contra as pessoas com deficiência: as relações que travamos com o mundo*. São Paulo: Cortez, 2007.

SASSAKI, Romeu Kazumi. Terminologia sobre deficiência na era da inclusão. *Revista Nacional de Reabilitação*, ano 5 n. 24, p. 6-9, São Paulo, jan./fev. 2002.

SIBÍLIA, Paula. A desmaterialização do corpo: da alma (analógica) à informação (digital). *Comunicação, Mídia e Consumo*, vol. 3, n. 6, p. 105-19, São Paulo, mar. 2006.

WEEDWOOD, Barbara. *História concisa da linguística*. Trad. de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2002.

Outra fonte:

Organização das Nações Unidas. Declaração de Direitos das Pessoas Deficientes. Assembleia Geral das Nações Unidas, 1975. Disponível em: https://www.camara.leg.br/Internet/comissao/index/perm/cdh/Tratados_e_Convencoes/Deficientes/declaracao_direitos_pessoas_deficientes.htm. Acesso em: 13 de jun. de 2021.